

O PROBLEMA DA CONCEITUAÇÃO DE "NECESSIDADE DE LAZER"

Gilberto José Weinberger Teixeira

Economista e Doutor em Administração de Empresas pela USP. Professor Assistente Doutor da FEA/USP na área de Marketing em cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Experiência profissional como Diretor de Empresas e Consultoria na área de Turismo (EMBRATUR) em projetos Turísticos. Estágio no INSEAD - Programa de Treinamento de Executivos - Curso de Aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Economista Sênior do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo.

Nos últimos anos muito tem sido escrito sobre os tópicos "indicadores sociais" e "qualidade de vida". Em geral, todos esses trabalhos preocupam-se predominantemente com problemas mais prementes e atuais como educação, saúde, crime, etc., tendo por finalidade principal servir aos "policy-makers" como instrumentos sensíveis de medida das mudanças nas várias condições sociais. Assim, por exemplo, o Relatório Harvey Brooks (1971) recomendava que "deveriam ser desenvolvidos indicadores sociais cada vez mais sofisticados para monitorar essas tendências... e para proporcionar um sistema antecipado de alarme sobre as inquietações sociais, desequilíbrios sociais, insa-

tisvações sociais e as emergentes necessidades sociais".

O lazer é, obviamente, uma dessas importantes e "emergentes necessidades sociais". Entretanto, são poucos os estudos sobre o conceito de "necessidade" aplicado ao campo do lazer.

A principal finalidade deste artigo é rever as abordagens sobre a chamada "necessidade de lazer" e, mais particularmente, comentar um artigo publicado há cinco anos nos Estados Unidos, que a nosso ver apresenta da forma mais adequada a taxonomia do conceito de "necessidade social" e dentro do qual o

lazer pode facilmente ser enquadrado (Bradshaw, 1972).

Sintetizando o que será exposto a seguir, Bradshaw argumenta que, em qualquer campo de serviços humanos, a "necessidade" pode ser definida sob quatro aspectos diferentes e sob dois pontos de vista: dos "policy makers" ou de seus consumidores. Essas diferentes classificações de "necessidade", citadas por esse autor são: normativa, sentida, expressada e comparativa.

Preliminarmente apresentaremos uma revisão de alguns trabalhos relacionados com o tema.

NECESSIDADE DE LAZER

Os antropólogos sociais como Piddington (1950) e Hall (1970) dedicaram bastante atenção ao papel do lazer nas várias culturas. Hall (1970) coloca-o como um dos dez "sistemas primários de mensagem" presentes em todas as culturas. Na sua discussão dos "princípios da análise cultural", Piddington (1950) situa o lazer sob o título geral de **necessidades integrativas**. Estas são bem diferenciadas das **necessidades humanas primárias** como sexo, alimentos e segurança ou das **necessidades derivadas** como educação e controle social.

Todas as sociedades demonstram a

existência de necessidades **integrativas** que se entrelaçam de um modo complexo com as necessidades **primárias** e **derivadas**; há também evidências suficientes para demonstrar que o "homem deve não só viver, mas viver bem" (Piddington, 1950).

Dewhurst e Klafter (1955), tentando estabelecer diretrizes para a demanda potencial de recursos dos Estados Unidos, também reconhecem que o lazer e o "relaxamento" são presentemente olhados como necessidades da sociedade moderna e adicionam um comentário de que "ninguém teve ainda a temeridade de estabelecer padrões mínimos de decência para o uso do tempo disponível para o lazer, ou então um orçamento mínimo para a compra de uma ampla variedade de bens e serviços recreacionais oferecidos aos consumidores."

Já em 1941, Maslow publicava os primeiros trabalhos sobre a hierarquização das necessidades do homem e em seu livro publicado em 1964 (Motivation and Personality), a teoria é apresentada de uma forma mais completa. Segundo o autor, nas sociedades afluentes, a satisfação de baixos níveis de necessidade, tais como, sobrevivência e segurança, conduz invariavelmente a um novo conjunto de motivos, orientados para a satisfação de necessidades de mais altos níveis,

que são largamente induzidas pela publicidade, tornando-se fator dominante daquele que Bell (1968) denominou de estilo de vida "consumerista".

Uma característica importante desse estilo de vida é seu caráter efêmero (Meyersohn e Katz, 1957). As decisões do consumidor tornam-se crescentemente irracionais e apressadas, as atividades são iniciadas e abandonadas em rápida sucessão, os bens são comprados mas só raramente usados (Linder, 1970).

La Page (1970) focalizou a atenção no fenômeno, antes muito pouco analisado, do "comportamento de impulso" no campo do lazer; comentando essa efemeridade do lazer urbano, Rodgers (1969) concluiu que sua "mutável natureza era impossível de prever".

Num enfoque diferente, Ardey (1969) argumentou que a necessidade que tem o homem por um território é tão importante quanto outras necessidades primárias; Shafer e Moeller (1971) chamaram a atenção sobre isso:

"Esta teoria aplica-se particularmente ao território que o homem usa para seu lazer e entretenimento; e nisto estão incluídos desde a sombra de uma árvore no seu próprio

jardim, até o majestoso pico nevado de uma montanha distante...

Assim, o clamor de certos grupos pela preservação dos ambientes florestais, a rigorosa condenação dos administradores de recursos naturais pelos recreacionistas que reclamam deles oporem-se à construção de novas áreas de lazer... envolve forças maiores que uma mera reação de nossos tempos".

Entretanto, de um modo geral, há pouco consenso entre os estudiosos sobre a verdadeira necessidade de lazer do homem. Poder-se-ia argumentar que nos trabalhos de Calhoun (1966) e Deevey (1960) está implícita a noção de que uma particular forma de lazer, como por exemplo, a fuga periódica do ambiente urbano tenso e superestimulante, para um ambiente rural tranquilo, seja essencial para o bem estar psicológico do homem. (O problema de saber se o ambiente urbano é complexo, superestimulante e tenso ou, pelo contrário, se é monótono e subestimulante, é uma das discussões da psicologia ambiental e tem óbvia relevância para o planejador do lazer. Parr (1966), Rapport e Hawkes (1970) discutem com bastante propriedade esse problema.)

Outros autores, como Dubos (1970) são mais explícitos nesse aspecto.

Da mesma forma Iltis (1970) argumenta:

"... parece provável que nós (humanos) sejamos geneticamente programados para um habitat natural de ar puro e uma paisagem verde variada como quaisquer outros mamíferos. Sentir-se relaxado e saudável significa permitir simplesmente que nossos corpos reajam da forma como a evolução nos equipou a fazê-lo durante 100 milhões de anos"

Em outro extremo, Gans (1962) afirma que ainda não foi demonstrado que a falta de lazer ou de ar livre tenha causado "stress" mental ou físico; Hauser (1962) argumenta que, na medida em que as sociedades afluentes se tornam mais urbanizadas, a necessidade de áreas públicas extrametropolitanas para lazer decrescerá marcadamente porque a cultura dominante irá cada vez mais favorecendo o ambiente urbano, abandonando os valores e o ambiente natural.

A "NECESSIDADE NORMATIVA" de Bradshaw

Todos os pronunciamentos citados — seja a favor ou contra a "necessidade" de tempo e espaço para o lazer — são exemplos do que Bradshaw (1972) qualifica de **necessidade normativa**. Segundo Bradshaw, as "necessidades normativas" seriam

determinados padrões, mais ou menos precisos e definidos por especialistas nos vários campos associados com a recreação e o lazer. Caracterizar-se-ia uma necessidade normativa, por exemplo, quando os médicos alertam que, se não dispusermos de uma certa quantidade de tempo longe do trabalho, nossos organismos, quando sob tensão, reagirão adversamente (Mims, 1970); também seriam necessidades normativas quando os planejadores urbanos estabelecem padrões, indicando que é desejável e necessário para as populações urbanas tantos hectares de área verde por 1.000 habitantes (Bray, 1969).

Cracknell (1967) discutiu os padrões "ideais" da forma das cidades baseado na facilidade com que as pessoas escapam do ambiente urbano para o ambiente rural; Bishop e Aukermann (1970) dirigiram suas atenções para o problema de definir critérios de qualidade de água para certos usos recreacionais.

A listagem de tais padrões é enorme e o que os caracteriza é sua extrema variabilidade e o fato de refletirem juízos de valor. Estão longe de constituírem-se em normas solidamente apoiadas em pesquisas e não representam mais do que mitos e palpites sobre recreação. Entretanto, através dos tempo, têm sido aceitos e institucionalizados por

grupos de "especialistas" (Berger e Luckmann, 1967; Rein, 1971).

Ainda na discussão de Cracknell (1967) sobre a forma ideal de cidade do ponto de vista da facilidade de acesso à zona rural, há dois importantes princípios que até hoje ninguém contradisse:

- Toda a população de uma cidade deve ter acesso a um meio de transporte que a permita "fugir" para a zona rural;
- As populações de cidade desejam "fugir" do ambiente urbano.

Em relação à primeira proposição, Paaswell (1972) chamou atenção para o fato de que o planejamento regional e urbano contemporâneo procura atingir somente os proprietários de automóvel e ignora completamente a população dos não proprietários ou dos que não têm acesso imediato ao carro.

Ora, nos Estados Unidos, que é um país essencialmente motorizado, este último grupo chega a 45 milhões de pessoas e na Inglaterra é 64% da população.

Caberá então uma pergunta: Em que medida o esforço de planejamento recreacional das sociedades afluentes do mundo estará preocupando-se com os requisitos deste

grupo tão significativo de não proprietários de carro, em comparação com as demandas daqueles que podem dispor de um carro?

Como relação ao segundo princípio de Cracknell, Michelson (1970) lembra-nos que no campo do lazer é assumida com muita facilidade a hipótese de que os valores da classe média, a respeito dos benefícios e vantagens da vida ao ar livre, são de cabal importância para as pessoas residentes em ambientes urbanos mais pobres.

Hendricks (1971) também chama atenção para o fato dos habitantes de classe média residentes em apartamentos urbanos demonstrarem preferir muito mais oportunidades de lazer urbano do que o lazer na periferia urbana e nos parques nacionais; segundo ele, "poderíamos considerar as demandas atuais de lazer urbano dos moradores de apartamento como indicativas das futuras necessidades da população urbana".

Hurrell (1972) apresentou um exame crítico de todo esse problema dos padrões normativos de planejamento e os estudos de Baumann (1969) e Hewings (1968) — para mencionar apenas dois — demonstram que há uma diferença marcante entre as definições oficiais de

"necessidade" quando se trata de atividades aquáticas de lazer.

AS "NECESSIDADES EXPRES- SAS E SENTIDAS"

Todas as necessidades sociais, sejam elas no campo da educação, da saúde ou do lazer, podem ser definidas tanto no sentido objetivo como no subjetivo.

A pobreza, por exemplo, é definida objetivamente em termos de uma linha mensurável de pobreza ou, subjetivamente, do ponto de vista de como o indivíduo se sente.

Seguindo essa classificação, Bradshaw delinea dois aspectos da necessidade do consumidor, que são mais ou menos idênticos aos conceitos de "participação" (ou consumo) é de "demanda latente"; ele os denominou de "necessidade expressada" e "necessidade sentida".

A "necessidade expressada" é uma "necessidade percebida" (sentida) que foi transformada em ação. Assim por exemplo: o dia está quente e um indivíduo sente necessidade de nadar; ao se dirigir a uma praia, estará transformando uma "necessidade sentida" em uma "necessidade expressada". Além disso, segundo Bradshaw, para transformar em ação uma "necessidade sentida" são necessárias certas pré-condições:

1. O indivíduo deve saber exatamente o que ele realmente deseja e deve ser capaz de articular suas necessidades;
2. Aquilo que o indivíduo deseja ou pelo menos algum substituto semelhante e aceitável para esse indivíduo, deve estar ao seu alcance;
3. O indivíduo deve ter certeza da disponibilidade do local para o lazer (a praia, no exemplo); além disso, deve saber que ela está próxima e que o local escolhido deve ser capaz de satisfazer suas preferências naquele instante (no exemplo da praia, o seu nível de congestionamento ou a qualidade ambiental);
4. Devem existir recursos para o indivíduo participar do lazer escolhido: financeiros, se for algo pago; acesso e meios de transporte para deslocar-se até o local, etc.

Se fôssemos realizar uma pesquisa, com toda certeza iríamos constatar que muitas das necessidades frustradas de lazer da população de uma dada região decorrem, pelo menos parcialmente, da falta de conhecimento das instalações ou sítios disponíveis.

As "necessidades sentidas" dependem, em grande parte, deste conhe-

cimento, pois o consumidor só pode desejar aquilo que ele conhece ou sabe onde está. Assim, aquele indivíduo que foi criado numa pequena cidade rural acostumou-se com a idéia de que o campo está próximo e facilmente acessível para uso recreacional; ou aquele indivíduo que passou sua infância em uma região litorânea marítima está familiarizado com tal ambiente de lazer e mais facilmente "sente necessidade" do mesmo (Hendee, 1969; Craig, 1972).

É interessante observar que a maioria das pessoas aceitam passivamente como sendo satisfatório o conjunto particular de oportunidades de lazer disponível na sua região (Craig, 1972). Em outras palavras, os residentes tendem a definir suas necessidades de acordo com as "necessidades normativas" definidas pelo governo. Por outro lado, as atitudes do público tornam-se parte da "cultura de planejamento" que influem aqueles que definem as necessidades normativas da população (Bolan, 1969).

Baumann (1959), por exemplo, constatou que sendo proibidas atividades de recreação nas represas destinadas ao abastecimento de água, os residentes das proximidades concordavam que essa proibição era justa. Entretanto, em outras represas, também destinadas ao abaste-

cimento, mas onde não eram proibidas as atividades de recreação, os residentes defendiam com veemência a política de múltiplo uso.

A discrepância entré as oportunidades de lazer **realmente** disponíveis e aquelas que o consumidor gostaria que estivessem disponíveis, podem ser reduzidas a um certo número de alternativas:

- o consumidor pode decidir que apesar de suas "necessidades sentidas" é o especialista quem realmente sabe melhor; ele aceita então que o lazer pode ser incompatível com a existência de um alto nível de qualidade de água porque foram os técnicos que assim o disseram;
- o consumidor pode argumentar que o lazer é muito menos importante para a sociedade do que a oferta de água potável da mais alta qualidade possível;
- o consumidor pode chamar atenção sobre a existência de reservatórios substitutos na região e que estejam com pouca utilização;
- o consumidor pode mesmo ter consciência de que não sabe muito bem quais as suas necessidades de lazer.

Aliás, esta última observação tem

um significado especial quando são formuladas as hipóteses de pesquisa sobre preferências e atitudes de recreação e lazer. A maioria dessas pesquisas admite como hipótese, o que é discutível, que os respondentes têm uma idéia muito clara do que necessitam e que são capazes de informar seus desejos com certo grau de precisão.

Uma das melhores lições neste campo está no trabalho de Coles (1971), que pesquisou a vida diária e as opiniões do cidadão americano. Coles demonstrou como são complexas, incertas e até mesmo contraditórias as opiniões.

Por outro lado, há também fortes evidências de que os indivíduos de maior nível educacional têm uma idéia clara de suas "necessidades sentidas" em relação a espaço para lazer e são capazes de informar isso com certa precisão (Harry *et. alii*, 1969, Hendee *et alii*, 1969; Faichl Gale, 1971; Sewell e Foster, 1971).

A NECESSIDADE COMPARATIVA

A necessidade comparativa pode ter um dos seguintes significados: a variação na oferta atual de oportunidades de lazer (que sem dúvida existe entre uma área e outra) ou então, as relativas capacidades (ou

incapacidades) de que são dotados os indivíduos ou grupos para usar essas oportunidades.

Assim, segundo o esquema de Bradshaw, se uma comunidade de 50.000 habitantes possui duas piscinas olímpicas e uma segunda comunidade de mesma população não possui nenhuma, diz-se que, de acordo com os padrões da primeira comunidade, a segunda comunidade tem uma necessidade comparativa por piscina. Obviamente, tal argumentação é muito simplista, pois nela está implícita a hipótese que estão adequadas e atendidas as necessidades de lazer da primeira comunidade em relação à instalações para natação, o que pode não ser verdadeiro.

Um ótimo exemplo da "necessidade comparativa" é citado por Craig (1972) ao analisar os padrões de lazer do negro do sul dos Estados Unidos. Até uma certa época, as preferências eram voltadas para o lazer mais barato como jardinagem e pesca; o acesso mais fácil à posse de televisão e a urbanização do negro resultaram no aumento de informações sobre oportunidades de lazer existentes para outros grupos sociais e que lhes eram negadas, seja por discriminação racial ou por falta de um meio essencial de transporte. Em outras palavras, na região pesquisada, as aspira-

ções passaram a divergir marcadamente da capacidade de realizá-las, isto é, estavam numa situação de "necessidade comparativa".

METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE LAZER

A necessidade de lazer é, sem dúvida nenhuma, um conceito complexo e relativo e que sofre constantes alterações ao longo do tempo.

Das quatro categorias: normativa, sentida, expressada e comparativa relacionadas por Bradshaw, somente as necessidades expressadas, comparativas e normativas são objetivas e passíveis de mensuração com algum grau de precisão.

Qual seria a lição que poderia tirar de tudo isso o planejador e pesquisador de lazer, assim como o responsável por diretrizes e recomendações em assuntos tais como: a distribuição espacial ótima e a área que deve ser reservada para um equipamento de lazer numa área metropolitana?

Bradshaw afirma, que na medida do possível e a despeito dos complexos problemas de operacionalização, o planejador deverá tentar inicialmente avaliar as necessidades em cada uma das quatro categorias discutidas, preferencialmente nesta ordem;

normativa, comparativa, expressada e sentida.

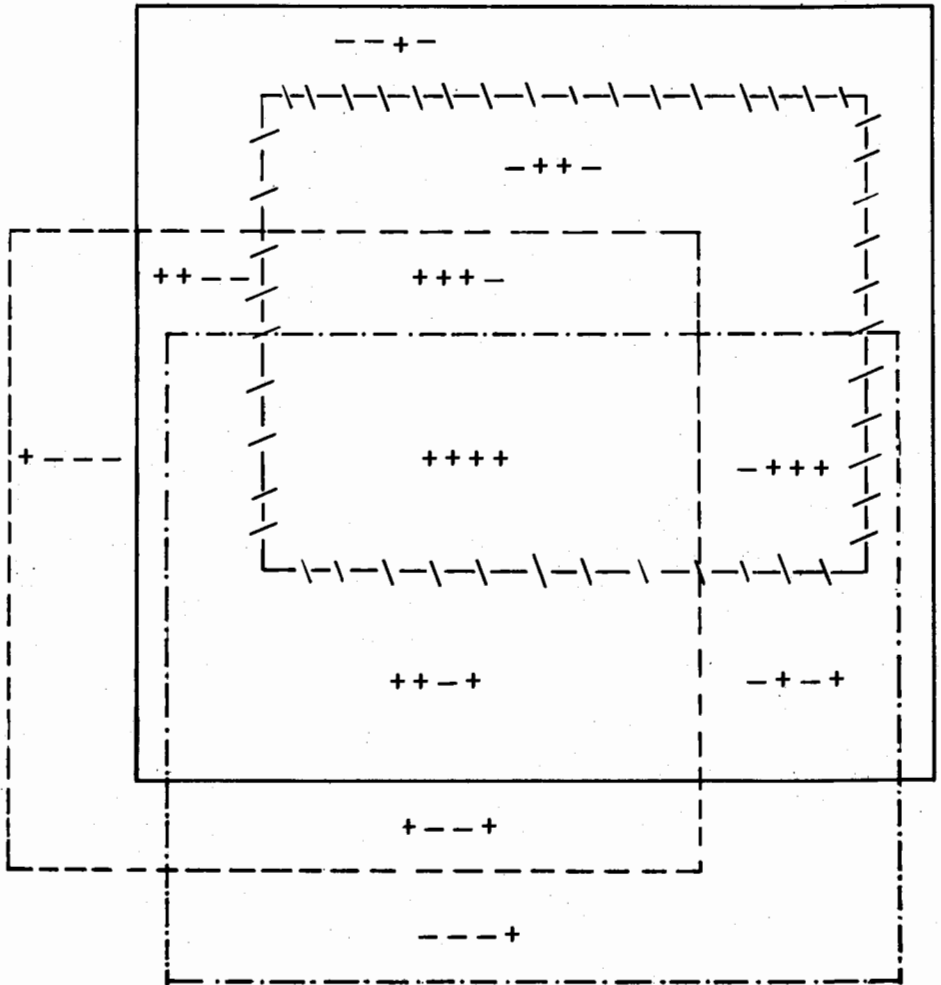
A partir dessa avaliação, o planejador deverá tomar uma decisão com o cuidado de evitar que ela seja viciada, isto é, que não caia no extremo do radicalismo de atitude, como é ilustrado por Jackson (1963) citando a opinião de um "especialista": "Tem muito pouca importância o que o consumidor deseja ou não".

Em qualquer política de lazer os grupos sociais situar-se-ão ao longo de um "continuum", onde numa extremidade estarão aqueles com déficit nas quatro categorias de necessidades: normativa, comparativa, expressada e sentida e noutra extremidade aqueles que não podem ser enquadrados como deficitários em nenhuma das categorias.

Assim, na Fig. 1, o grupo indicado pelo símbolo "++++" situado no centro do desenho, seria definido como possuindo as quatro categorias de necessidade, enquanto aqueles identificados pelo símbolo "—+" seriam classificados como deficientes ao longo do eixo de uma só delas: a necessidade comparativa. De forma semelhante, o grupo simbolizado com "+—+" seria definido como em "déficit" somente ao longo das dimensões normativa e comparativa.

FIG. 1

TAXONOMIA DA "NECESSIDADE SOCIAL"
 (Segundo BRADSHAW, 1972)



——— NECESSIDADE SENTIDA -·-·-·- NECESSIDADE COMPARATIVA
 --- NECESSIDADE NORMATIVA -|-|-| NECESSIDADE EXPRESSADA

Um exemplo talvez torne isso mais compreensível. Imaginemos que um grupo de pesquisadores sociais de uma Universidade tenha sido contratado pelo governo de uma área metropolitana para investigar as necessidades recreacionais de sua população idosa que está em rápido crescimento.

De acordo com o esquema de Bradshaw, a primeira tarefa dos pesquisadores seria, a partir do levantamento das instalações de lazer para idosos, existentes nos diferentes municípios da Região Metropolitana, compará-las com padrões de lazer fixados pelo governo (normativos). Como vimos anteriormente, estes padrões são fixados pelos especialistas.

Neste estágio do estudo, alguns municípios sem dúvida alguma estarão deficientes do ponto de vista do critério normativo.

A seguir, seria realizada uma comparação entre os municípios da Região Metropolitana, ignorando neste instante toda avaliação normativa. Também neste estágio os pesquisadores certamente encontrarão municípios em "déficit" do ponto de vista comparativo.

A terceira fase do estudo envolverá uma estratificação da população de acordo com critérios sócio-econo-

micos e locais, entrevistando-se os residentes da amostra para obter o seu atual padrão de comportamento de lazer — o que serão suas "necessidades expressadas" em relação a espaço de lazer.

Finalmente, seria realizado um estudo em profundidade usando as técnicas de entrevista estruturada e não estruturada para detectar as "necessidades sentidas" da população (Webb et al., 1970). O que se pretende neste estágio é obter respostas para dúvidas tais como:

- As pessoas sentem-se prejudicadas do ponto de vista do atendimento de sua necessidade de lazer?
- Por que as pessoas não são capazes de definir precisamente suas necessidades latentes de lazer?
- As pessoas têm pleno conhecimento de todas as oportunidades de lazer disponíveis? (Existe um grande número de técnicas de levantamento para avaliar preferências e necessidades. Ver, por exemplo, Hoinville (1971); Cram (1972); Dickey e Broderick (1972). Entretanto, é indiscutível que nesta área de pesquisa social há ainda muita subjetividade de imprecisão e muito pouca atenção tem sido dada às técnicas

de levantamento não estruturadas (Stebbins, 1972.)

Com tal abordagem certamente chegaremos a detectar que certos grupos são deficitários e prejudicados em todas as categorias de necessidade, enquanto outros estarão prejudicados, por exemplo, somente do ponto de vista normativo e comparativo.

Concluindo esse estágio, a função da agência governamental será então de traduzir as conclusões do estudo em "metas de planejamento", que buscarão equalizar as oportunidades de lazer em toda a Região Metropolitana.

CONCLUSÕES

Como resultado da análise e discussão do conceito de "necessidade de lazer" são geradas uma série de conclusões intimamente relacionadas com a pesquisa e o planejamento do lazer:

— Parece ter ficado evidente que a "necessidade de lazer" só pode ser definida num sentido pluralístico; nenhuma das definições particularizadas é satisfatória. Em consequência, se esse termo for adotado, seja em pesquisa ou em diretrizes de política recreacional, é necessário que seja clara-

mente especificado em que perspectiva está sendo usado;

— De acordo com os trabalhos de Craik (1970), Baumann (1969) e Sewell (1971), entre outros, será de considerável maior valor concentrar a atenção nos aspectos normativos da necessidade do lazer;

— Um terceiro aspecto importante relaciona-se ao problema de detectar as necessidades sentidas e as expressadas do consumidor.

A pergunta óbvia que deve preocupar os pesquisadores é até onde elas representam realmente as opiniões do público em geral ou de uma minoria que foi capaz de as verbalizar corretamente. (O' Riordan, 1971). Muitas necessidades expressadas são de curto prazo, tanto a nível individual, como a nível da sociedade, o que provoca um problema de planejamento que só pode ser superado pela flexibilidade do mesmo. Também a longo prazo, os ciclos de vida de uma mesma geração desenvolvem diferentes gostos e necessidades de lazer; assim, a identificação das "necessidades expressadas" e "sentidas" de um grupo social particular que se encontra em 1979, num dado estágio de ciclo de vida, poderão ser irrelevantes em 1990 para o mesmo grupo.

Uma outra dificuldade é o controle das aspirações dos consumidores. As aspirações são frequentemente irrealistas e estudos do comportamento do consumidor invariavelmente tem descoberto que os planos das pessoas em relação ao futuro não se concretizam na realidade (ver, por exemplo, Van Arsdol *et alii*, 1968).

Uma abordagem possível para o

problema de identificar as necessidades atuais dos consumidores e que parece ter um valor potencial elevado para atacar o difícil problema da demanda induzida, (Burton, 1971) é delinear um "experimento de recreação" na forma de equipamentos ou sítios em diferentes áreas e cuidadosamente monitorar os vários padrões de uso e não uso, através do tempo (Harrar e Bawden, 1972).

BIBLIOGRAFIA

- ARDREY, R.** The Territorial Imperative. London, Fontana, 1969.
- BAUMANN, D. D.** The Recreational Use of Domestic Water-Supply Reservoirs; Perception and Choice. The University of Chicago, Department of Geography, Research Paper Nº 121, 1969.
- BELL, W.** The City, the Suburb, and a Theory of Social Choice, in Greer, S. et al. (eds.), The New Urbanization, New York: St. Martin's Press, 132-168, 1968.
- BERGER, P. and T. Luckmann.** The Social Construction of Reality. Garden City, New York: Doubleday & Co., 1967.
- BISHOP, D. W. and R. Aukermann.** Water Quality Criteria For Selected Recreational Uses. Research Report Nº 33, University of Illinois Water Resources Center, Urbana-Champaign, 1970.
- BOLAN, R. S.** Community Decision Behavior: The Culture of Planning, *Journal of the American Institute of Planners*, 35:233-245, 1969.
- BRADSHAW, J.** The Concept of Social Need, *New Society*, 30 (March) : 640-643, 1972.
- BRAY, J. M.** Some Perceptual, Behavioral and Semantic Complexities of Recreational Space, Unpublished Master's Dissertation, University of Chicago, 1969.
- BURTON, T. L.** Experiments in Recreation Research, London: George Allen & Unwin, 1971.

- CALHOUN, J. B.** The Role of Space in Animal Sociology, *The Journal of Social Issues*, 22(4) 46-58, 1966.
- COLES, R.** The Middle Americans: Proud and Uncertain. Boston: Little, Brown, 1971.
- CRACKNELL, B.**, Accessibility to the Countryside as a Factor in Planning for Leisure, *Regional Studies*, 1, 2: 147-161, 1967.
- CRAIG, W.** Recreational Activity Patterns in a Small Negro Urban Community: The Role of the Cultural Base, *Economic Geography*, 48, 1: 107-115, 1972.
- CRAIK, K. H.** The Environmental Disposition of Environmental Decision-Makers, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 389: 87-94, 1970.
- CRAM, J. M.** Differential Need Satisfactions of Mine Workers in Northern Canada, *Canadian Journal of Behavioral Science*, 4(2): 135-145, 1972.
- DEEVEY, E. S.** The Hare and the Haruspex: A Cautionary Tale, *American Scientist*, 48: 415-430, 1960.
- DEWKURST, J. F;** F. Klafter. America's needs and resources: a New Survey. New York: The Twentieth Century Fund, 1955.
- DICKEY, J. W. and J. P. Broderick.** Toward a Technique for a More Exhaustive Evaluation of Urban Area Performance, *Environment and Planning*, 4: 43-58, 1972.
- DUBOS, R.** Will Man Adapt to the Megalopolis? *The Ecologist*, 1 (4): 12-15, 1970.
- FAICH, R. G. and R. P. Gale.** The Environmental Movement: From Recreation to Politics, *Pacific Sociological Review*, 14, 3: 270-287, 1971.
- GANS II.** Outdoor Recreation and Mental Health, in O.R.R.R.C. Study Report 22, Trends in American Living and Outdoor Recreation, Washington, D.C.: Government Printing Office, 234-242, 1962.
- HALL, E. T.** The Silent Language. New York: Fawcett World library, 1970.
- HARRAR, W. S. and D. L. Bawden.** The Use of Experimentation in Policy Formulation and Evaluation, *Urban Affairs Quarterly*, 7 (4): 419-430, 1972.
- HARRY, J. H., R. Gale and J. Hendee.** Conservation: An Upper Middle-Class Social Movement, *Journal of Leisure Research*, 1, 3: 246-254, 1969.
- HARVEY Brooks Report.** Science, Growth and Society, Paris, O. E. C. D., 1971.
- HAUSER, P. M.** Demographic and Ecological Changes as Factors in Outdoor Recreation. Outdoor Recreation Resources Review Commission Study Report Nº 22: 27-59, 1962. Washington, D. C.: Government Printing Office.
- HENDEE, J. C.** Rural-Urban Differences Reflected in Outdoor Recreation Participation, *Journal of Leisure Research*, 1, 4: 333-34, 1969.
- HENDEE, J. C.;** R. Gale and J. Harry. Conservation, Politics and Democracy, *Journal of Soil and Water Conservation*, 24, 6: 212-215, 1969.
- HENDRICKS, J.** Leisure Participation as Influenced by Urban Residence Patterns, *Sociology and Social Research*, 55, 4: 414-428, 1971.
- HEWINGS, J. M.** Water Quality and the Hazard to Health: Placarding Public Beaches, Natural Hazard Research Working Paper Nº 3, University of Toronto, 1968.
- HOINVILLE, G.** Evaluating Community Preferences, *Environment and Planning*, 3: 33-50, 1971.

- HURRELL, S.** The Use of Normative Statements in Plan-Making, Geographical Papers, Nº 15, Department of Geography, University of Reading. U. K., 1972.
- ILTIS, H. H. O. L. Loucks and P. Andrews.** Criteria for an Optimum Human Environment, *Ergonomics*, 29: 449-452, 1970.
- JACKSON, J. B.** Notes and Comments, *Landscape*, 13.2:2, 1963-4.
- LAPAGE, W. F.** The Mythology of Outdoor Recreation Planning. *Southern Lumberman*, 221, 2752: 118-121, 1970.
- LINDER, S. B.** The Harried Leisure Class. New York: Columbia University Press, 1970.
- MASLOW, A. B.** Motivation and Personality. New York: Harper & Row, 1964.
- MEYERSON, R. and E. Katz.** Notes on the Natural History of Fads, *American Journal of Sociology*, 62: 594-602, 1957.
- MICHELSON, W.** Man and its Urban Environment: A Sociological Approach, Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1970.
- MIMS, C.** Stress in Relation to the Process of Civilisation, Boyden, S. V. (Ed.) The Impact of Civilisation on the Biology of Man. Canberra Australian National University Press: 167-181, 1970.
- O' RIORDAN, T.** Public Opinion and Environmental Quality: A Reappraisal, *Environment and Behavior*, 3, 2: 191-214, 1971.
- PAASWELL, R. E.** Problems of the Poor in an Auto Owning Environment *International Journal of Environmental Studies*, 3:253-257, 1972.
- PARR, A. E.** Psychological Aspects of Urbanology, *The Journal of Social Issues* 22 (4): 39-45, 1966.
- PIDDINGTON, R.** An Introduction to Social Anthropology, Vol. I. London: Oliver and Boyd, 1950.
- RAPPORT, A. and R. Hawkes.** The Perception of Urban Complexity, *Journal of the American Institute of Planners*, 36: 106-111, 1970.
- REIN, M.** Social Policy Analysis as the interpretation of beliefs. *Journal of the American Institute of Planners*. 37, 5: 297-310, 1971.
- RODGERS, H. B.** Leisure and Recreation, *Urban Studies*, 6: 368-383, 1969.
- SEWELL, W. R. D.** Environmental Perceptions and Attitudes of Engineers and Public Health Officials, *Environment and Behavior*, 3 (1): 23-59, 1971.
- SEWELL, W. R. D. and H. D. Foster.** Environmental Revival: Promise and Performance, *Environment and Behavior*, 3, 2: 123-134, 1971.
- SHAFER, E. L. Jr. and G. Moeller.** Predicting Quantitative and Qualitative Values of Recreation Participation, Proceedings, Forest Recreation Symposium, U. S. Forest Service, Upper Darby, Pennsylvania: 5-22, 1971.
- STEBBINS, R. A.** The Unstructured Research Interview as Incipient Interpersonal Relationship, *Sociology and Social Research*, 56(2): 164-179, 1972.
- VAN ARSDOL, M. D.; G. Sabagh; E. W. Butler.** Retrospective and subsequent metropolitan residential mobility *Demography* 5: 249-267, 1968.
- WEBB, E. J. et al.** Unobtrusive Measures: Nonreactive Research in the Social Sciences. Chicago: Rand McNally., 1970.

ABSTRACT

The term leisure need is frequently encountered in the literature concerning leisure research and planning but rarely it is defined with any degree of precision.

Bradshaw's Taxonomy of social need is used as a framework for a state of the art review and discussion of some of the literature relating to the problem of defining needs in the leisure field.

As a conclusion, need of leisure can be defined only in a pluralistic sense and when the term is used it should be clear from which perspective the researcher is defining it.